

O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer

ARMANDO BOITO JR.*

André Singer (2012) publicou um livro que está obtendo grande repercussão. A obra destoa das orientações dominantes na Ciência Política porque analisa a política brasileira a partir da problemática dos conflitos de classes. Economia, sociedade e política aparecem imbricadas de uma maneira complexa, polêmica e criativa.

O livro contém uma tese importante: a do realinhamento eleitoral que teria ocorrido na eleição presidencial de 2006. É verdade que não se trata de uma tese absolutamente nova; o próprio André Singer faz questão de apresentar as dívidas que tem para com os diversos estudiosos das eleições presidenciais brasileiras das décadas de 1990 e 2000. Porém, as novidades residem nos fatos de André Singer apresentar o fenômeno do realinhamento eleitoral de 2006 como um marco divisor na política brasileira contemporânea, de situar esse fenômeno num quadro analítico original e de tirar dele consequências inusitadas.

Quero apresentar um comentário crítico sobre as teses do livro. Antes disso, vou ter de assumir o risco de oferecer em poucas linhas um quadro que é, na pena do seu autor, exposto de maneira extensa, complexa e detalhada.

As teses centrais do livro de Singer

Na análise de André Singer, o realinhamento eleitoral nas eleições presidenciais de 2006 foi o evento que fez nascer o fenômeno político do *lulismo* (Singer, A. 2012, p.13 e 15). Ele analisa o realinhamento eleitoral no Capítulo 1, intitulado

* Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: armando.boito@gmail.com. Agradeço aos colegas de *Crítica Marxista* que leram e comentaram a versão inicial deste comentário.

“Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. É um capítulo importante e esclarecedor. O realinhamento de 2006 envolveu, como demonstra Singer, dois movimentos articulados: de um lado, os eleitores da faixa de renda mais baixa – até dois salários mínimos – aderiram, em proporções inéditas até então, à candidatura Lula, abandonando o candidato da coalizão PSDB-PFL; de outro lado, parte significativa dos eleitores das faixas de renda alta – de cinco a dez salários mínimos – e muito alta – mais de dez salários mínimos – abandonou o candidato petista aderindo à candidatura de Heloísa Helena, do então recém-criado Psol, ou à candidatura de Geraldo Alckmin do PSDB. Esse abalo no mapa eleitoral teria passado um tanto despercebido porque, nesse entra e sai de eleitores, a mudança do perfil de classe do eleitorado do candidato do PT teria sido ocultada pelo fato de Lula ter mantido em 2006 mais ou menos a mesma quantidade de votos que obtivera em 2002. O que teria provocado tal realinhamento que o autor avalia ser sólido e não de circunstância? De um lado, a política social do primeiro mandato de Lula teria atraído maciçamente o eleitorado de baixa renda que ainda resistia à candidatura do petista e, de outro lado, a denominada “crise do mensalão” teria afugentado parte da classe média que votava PT.

O autor, inspirado no texto clássico de Karl Marx *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, baseia-se nesse realinhamento eleitoral para fazer uma análise segundo a qual o lulismo seria uma espécie de bonapartismo. E é aí que, no nosso modo de ver, começam os problemas de sua análise. Os eleitores de baixa renda comporiam, em sua maioria, aquilo que o autor denomina o subproletariado. Os subproletários seriam aqueles trabalhadores que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”.¹ Esse subproletariado, cuja renda encontraria-se na faixa de até dois salários mínimos, abarcaria 47% de todo eleitorado brasileiro, ou seja, seria, de longe, a (fração de) classe mais numerosa do país e, por isso, dotada da capacidade de decidir o resultado das eleições. Fariam parte dessa fração de classe/camada de renda os empregados domésticos, assalariados a serviço de pequenas empresas e trabalhadores destituídos de capacidade de organização e de pressão e, por conseguinte, sem as condições mínimas para participar da luta de classes (Singer, A., 2012, p.77). A relação que os governos petistas vão entabular com essa base social politicamente desorganizada, relação que boa parte dos pesquisadores caracteriza como neopopulista, é concebida, na análise de Singer, como uma relação de tipo bonapartista.

A dinâmica do jogo de poder no Brasil seria a seguinte: sustentados por uma base politicamente amorfa, mas eleitoralmente poderosa, os governos petistas²

1 A definição é de Paul Singer, no qual André Singer se inspira (Singer, P., 1982, p.22), apud Singer, A., 2012, p.77.

2 A expressão “governos petistas” é usada por facilidade de redação. Todos sabem que esses governos são sustentados por coalizões partidárias e, mais importante, nós não cremos que no Brasil existam governos de partido; o que temos são partidos do governo.

praticariam a arbitragem entre as classes fundamentais de maneira a evitar o predomínio de qualquer uma delas para fazer passar, nesse jogo de equilíbrio, os interesses do subproletariado, que seria a fração da classe trabalhadora representada pelos governos Lula e Dilma (Singer, A., 2012, p.159, 165 e 200). Na análise de André Singer (2012, p.44), o lulismo retirou o subproletariado da influência da burguesia, elevou-o à condição de principal força no poder governamental e realizou aquele que seria o programa político dessa fração da classe trabalhadora – um reformismo fraco, isto é, de ritmo lento, e sem ruptura com a ordem (Singer, A., 2012, p.44, 76 e 219). Até o fato de os governos Lula e Dilma não terem rompido por completo com o modelo neoliberal seria um reflexo dos interesses e dos valores da base social subproletária desses governos (Singer, A., 2012, p.74 e 196). Na análise de Singer, tudo se passa como se o subproletariado estivesse no poder.

Na oposição, teríamos, fundamentalmente, “a classe média” representada pelo PSDB. A luta entre o subproletariado e a classe média polarizaria a política brasileira contemporânea (Singer, A., 2012, p.14, 16, 35, 46 e 204). A burguesia e a classe operária teriam um papel secundário no processo político nacional. O campesinato é deixado de lado na análise do autor.

O lulismo é um tipo de bonapartismo que aplica o programa do “subproletariado”?

Afirmar que os governos Lula e Dilma funcionam como árbitros no conflito entre as classes fundamentais de modo a poderem neutralizá-las e, ao fazê-lo, logram colocar em prática “o programa do subproletariado” nos parece equivocado por diversas razões.

Singer superestima o papel do “subproletariado”. Se os setores populares heterogêneos que ele considera poder agrupar sob essa noção caracterizam-se, justamente, por “não terem condições de participar da luta de classes”, como é que se pode afirmar que eles têm um “programa”? Quando dizemos que um setor ou classe social está desorganizado isso significa, exatamente, que esse setor ou classe não possui programa político próprio para intervir na conjuntura. A massa pauperizada e desorganizada que apoia eleitoralmente as candidaturas petistas o faz, é certo, perseguindo determinadas aspirações, mas estas são difusas, não articuladas de maneira clara e consciente como o seriam em um programa, e, de resto, tem cabido aos governos petistas justamente organizar essas aspirações difusas num programa como o de transferência de rendas.

Imaginar que os governos Lula e Dilma seriam bonapartistas pelo simples fato de tais governos efetuarem, num ou noutro momento, concessões a demandas contraditórias das forças sociais em presença seria supor que o Estado capitalista poderia ser um mero instrumento passivo nas mãos da classe dominante e de sua fração hegemônica. Ora, o Estado capitalista sempre tem um papel ativo que o coloca acima dos interesses imediatos dessa ou daquela classe ou fração e que possibilita que essa instituição busque um equilíbrio instável de compromisso

entre as forças em presença. O que caracteriza o bonapartismo é algo mais do que a busca desse equilíbrio. O bonapartismo é uma situação na qual a política econômica e social do Estado, considerada em seus aspectos fundamentais, não expressa os interesses objetivos nem as demandas de nenhuma classe ou fração de classe em presença. Ocorre que a política econômica dos governos Lula e Dilma contempla, nos seus aspectos fundamentais e como iremos indicar, prioritariamente os interesses de uma fração da burguesia que é a grande burguesia interna. E é possível demonstrar que essa fração burguesa reconhece-se na política econômica dos governos petistas.

Do primeiro governo Lula até o governo Dilma é possível detectar uma afirmação crescente do programa de política econômica e social que podemos denominar neodesenvolvimentista. O primeiro governo Lula foi marcado por concessões importantes ao capital financeiro internacional, o que, de resto, neutralizou e dividiu as forças oposicionistas; mas, já no segundo mandato, o perfil neodesenvolvimentista da política econômica e social do governo estava claro. Dilma, na sequência do dirigente histórico do PT, avançou ainda mais e na mesma direção: depreciou o câmbio, reduziu a taxa básica de juro, pressionou pela queda do *spread* bancário, reduziu por intermédio de expedientes variados o superávit primário, instituiu uma nova regulamentação para as compras públicas que favorece a produção local, estabeleceu medidas protecionistas e outras. Essa ascensão do neodesenvolvimentismo mostra que a política de Estado sob os governos petistas tem direção clara e visa ao desenvolvimento capitalista sem, no entanto, romper com alguns pilares do modelo neoliberal – citemos a rolagem da dívida pública, que inibe a capacidade de investimento do Estado, e a abertura comercial, que mina a indústria interna.

O texto de Singer permite duas interpretações, mas nenhuma delas se coaduna com a ascensão crescente do neodesenvolvimentismo. Ora, ele pode sugerir que a política dos governos petistas seria uma política ziguezagueante, em decorrência da arbitragem ao sabor do jogo das pressões e contrapressões das classes fundamentais; ora, que tal política atenderia aos interesses do subproletariado. Essa segunda leitura é a que nos parece mais de acordo com o conjunto do texto.

Qual o objetivo [do governo] de manter o equilíbrio entre o capital e o trabalho? Trata-se não somente de preservar a ordem, evitando a radicalização política, mas também de garantir ao subproletariado duas condições fundamentais: inflação baixa e crescimento do poder de consumo. (Singer, A., 2012, p.159-160)

Os governos Lula e Dilma, sustentados pelo subproletariado, buscam equilibrar as classes fundamentais – proletariado e capitalistas –, pois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força para impor os seus próprios desígnios: o reformismo forte, que ambiciona o aumento rápido da igualdade, [...] ou o neoliberalismo, que tende a aumentar a desigualdade, impondo perdas aos trabalhadores. (Singer, A., 2012, p.200)

Enfim, a plataforma do subproletariado que os governos Lula e Dilma têm levado adiante. (Singer, A. 2012, p.219)

Ocorre que a afirmação paulatina da política neodesenvolvimentista, além de negar a hipótese de uma trajetória zigzagueante da política de Estado, tampouco pode ser caracterizada como a realização de um suposto programa do subproletariado.

Entendo que o programa neodesenvolvimentista expressa, acima de tudo, os interesses da grande burguesia interna brasileira que, ao longo do século XXI, foi se tornando a fração hegemônica no bloco no poder. Os governos petistas não arbitram; na verdade eles priorizam os interesses dessa fração burguesa (Boito, 2012a). Dentro do grande capital, temos, segundo nossa hipótese, uma fração burguesa, que denominamos, seguindo Nicos Poulantzas, burguesia interna. Essa fração, presente em diversos setores da economia nacional – construção naval, construção civil, indústria de transformação, mineração e outros –, embora não seja anti-imperialista, reivindica a proteção do Estado para preservar e melhorar sua posição no capitalismo brasileiro. Uma série de medidas dos governos Lula e Dilma indica o atendimento dessa reivindicação. Cito algumas delas: a política muito bem-sucedida de recuperação da indústria da construção naval, a política de financiamento subsidiado do BNDES, a nova legislação que regulamenta as compras do Estado e das empresas estatais de maneira a priorizar a produção local, a política externa Sul-Sul, o arquivamento da Alca e o apoio à conquista de mercados externos pelas grandes empresas brasileiras. Ademais, desde o primeiro governo Lula foram criados inúmeros fóruns institucionais para que o governo pudesse auscultar os interesses dessas grandes empresas de capital predominantemente nacional.

Este último ponto é importante. Um governo pode priorizar os interesses de uma determinada fração da burguesia e, nem por isso, ser sustentado de modo claro pelo setor que ele beneficia. Essa foi a regra no Brasil no período em que o velho desenvolvimentismo articulou-se com o populismo (1930-1964). Naquele período, a burocracia de Estado logrou obter, dada a crise de hegemonia no interior do bloco no poder, uma margem de manobra muito grande e foi ela que estabeleceu, por cima das frações burguesas, o perfil da política de desenvolvimento industrial (Farias, 2010). Na situação de então, foi comum a burguesia industrial posicionar-se, apesar de ser a principal beneficiária da política de Estado, contra os governos populistas nas conjunturas de crise (Saes, 1974). Tal se deu de modo claro no golpe de Estado de 1954 que depôs Getúlio Vargas (Boito, 1982). Nós poderíamos aproximar uma situação como essa do tipo de bloco no poder que se constituiu num Estado bonapartista. Mas a situação do Brasil atual é outra. Como afirmamos, os governos Lula e Dilma, em contraste flagrante com o que se passou no período FHC, criaram inúmeros fóruns para que a grande burguesia interna pudesse expressar seus interesses (Diniz; Boschi, 2004; 2007, p.69-75).

O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer 175

Essa grande burguesia não apenas tem os seus interesses objetivos priorizados pela política de Estado como se identifica politicamente com os governos do PT. Na chamada crise do mensalão, a Fiesp e outras associações da grande burguesia se mobilizaram na defesa do governo Lula (Boito, 2012a). A decisão do PSDB de desistir da abertura de um processo de *impeachment* não decorreu, portanto, apenas da sua crença de que a candidatura Lula seria facilmente derrotada na eleição presidencial do ano seguinte.

Perguntamos: isso significaria que o setor que Singer denomina subproletariado não ganha nada com o neodesenvolvimentismo? Não, não significa. Porém, o subproletariado ou, diríamos nós, os trabalhadores da massa marginal estão excluídos do bloco no poder e, como tal, auferem um quinhão bem menor dos frutos dessa política.

Esse quinhão é composto pelos programas sociais dos governos petistas e pela política de recuperação do salário mínimo. Mas esses auxílios e melhorias estão longe de concorrer com os ganhos do grande capital. Basta compararmos alguns grandes gastos do Estado brasileiro que são transferências dirigidas a públicos específicos. O pagamento de juro, amortização e refinanciamento da dívida pública colocam, anualmente, mais de 40% do orçamento da União nas mãos de apenas 22 mil famílias que detêm os títulos da dívida pública. Em 2012, o valor destinado à dívida pública correspondeu a 47,19% de todo o orçamento, o que equivalia a R\$ 1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de R\$ 1 trilhão (Fattorelli; Ávila, 2013); em contrapartida, a cobertura do programa Bolsa Família, que contempla o impressionante número de 13 milhões de famílias, custa ao Estado apenas R\$ 13 bilhões (MDS, 2013). Obteríamos algo parecido se comparássemos o juro do financiamento para a compra de casa própria com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) praticada pelo BNDES para financiar as grandes empresas que os governos petistas resolveram converter com o dinheiro público em grandes “campeões nacionais”. A taxa de juro para a aquisição de casa própria é mais que o dobro da TJLP. A desigualdade de tratamento é brutal. O subproletariado não está no poder, isto é, não é o destinatário privilegiado das medidas de política econômica e social. Singer demonstra com fatos e argumentos a relação de fidelidade político-eleitoral do subproletariado para com os governos petistas. Porém, nesse caso, e diferentemente do que acontece com a grande burguesia interna, o reconhecimento político decorre, predominantemente, de uma relação ideológica e não do atendimento dos interesses mais sentidos dessa camada da população. Apesar de os programas sociais representarem um alívio para os trabalhadores da massa marginal, suas condições de trabalho e de vida continuam, em decorrência das opções dos governos petistas, muito ruins.

Ademais, a relação desse subproletariado com o Estado tampouco pode ser corretamente captada com o conceito de bonapartismo. Na análise de Marx, a identificação do camponês com Luís Napoleão era a manifestação da expectativa de que o Estado, por iniciativa supostamente livre e soberana, realizasse os anseios

do campesinato – o camponês orientava-se por uma ideologia política estatista. Mas o conteúdo desse estatismo era conservador: o camponês queria que Luís Napoleão restaurasse a ordem ameaçada pelas insurreições operária de 1848 e pequeno-burguesa de 1849 de Paris. Ora, o populismo brasileiro é outra coisa (Saes, 1974). No caso do Brasil atual, o subproletariado aspira à redistribuição da renda e essa aspiração é progressista e popular. Singer faz uma análise diferente. Reconhece tal aspiração, mas insiste que ela está enquadrada numa atitude conservadora que não admite rupturas com a ordem neoliberal. É tão peremptório em tal afirmação que atribui o fato de Lula e Dilma não romperem de modo definitivo com o neoliberalismo não a interesses da grande burguesia presentes no bloco no poder, mas, sim, a um suposto conservadorismo inerente do subproletariado.

A meu ver a “continuidade do governo Lula com o governo FHC” na condução da política macroeconômica [...] [foi] o meio encontrado para assegurar elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem. (Singer, A., 2012, p.74-75)

O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, *corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe* (ou fração de classe para ser exato). Não o da classe trabalhadora organizada [...] mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de subproletariado [...]. (Singer, A., 2012, p.76)

É certo que existe um tipo de conservadorismo popular. Mas a definição da natureza desse fenômeno e a mensuração de sua extensão carecem de mais pesquisas. Os elementos que Singer oferece ao leitor para fundamentar sua tese do conservadorismo generalizado do subproletariado e para sugerir a vinculação desse conservadorismo à manutenção do neoliberalismo são escassos. Ele cita pesquisas que indicam rejeição dos estratos de baixa renda às greves, mas que indicam, também, acréscimo eu, uma tolerância dos estratos de renda alta diante dos movimentos grevistas. Como explicar esses *dois* resultados? No Brasil das décadas de 2000 e de 2010 são os trabalhadores do setor público e dos serviços públicos que, na maioria dos anos, lideram a atividade grevista. As greves no serviço público afetam principalmente a população de baixa renda e não a população de renda alta ou muito alta. Seria essa a explicação? Se for, tal rejeição poderia ser caracterizada como conservadora? E mais: por que uma atitude de rejeição à greve significaria adesão ao neoliberalismo? Repito: os indicadores para a sustentação dessa tese são escassos. O que sim a literatura econômica aponta como certo é que a manutenção do modelo neoliberal, reformado pela política neodesenvolvimentista, atende a poderosos interesses das grandes empresas e é possível demonstrar que grande parte da burguesia lutou e luta para que pilares desse modelo sejam mantidos.

O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer 177

Caberia observar, ainda, que se os governos Lula e Dilma estivessem mesmo aplicando o programa do subproletariado teríamos uma razão a mais para não caracterizá-los como bonapartistas. Luis Napoleão não atende, ao longo dos seus vinte anos de poder, aos interesses do campesinato. A massa camponesa funcionava, na conceituação esclarecedora de Nicos Poulantzas (1968), apenas como sua classe-apoio, isto é, uma classe que, excluída do bloco no poder, dá sustentação, por razões exclusivamente ideológicas – e não por ter parte de seus interesses atendidos pela política governamental –, a uma determinada forma de Estado.

Bonapartismo ou frente neodesenvolvimentista?

Os governos Lula e Dilma são governos burgueses, especificamente da grande burguesia interna. Não são árbitros entre as classes fundamentais e nem são governos do subproletariado. Contudo, é certo que o subproletariado, ou trabalhadores da massa marginal, embora excluídos do bloco no poder, ganham algo com esses governos, como ganham também a classe operária, a baixa classe média e parte do campesinato. Na verdade a grande burguesia interna, nas suas disputas com a fração burguesa perfeitamente integrada ao grande capital financeiro internacional, converteu-se em força dirigente de uma ampla e heterogênea frente política que poderíamos denominar neodesenvolvimentista (Boito, 2012b).

Foi criada uma legislação para recuperação moderada do salário mínimo, o desemprego foi reduzido à metade, as condições da luta sindical e popular melhoraram muito. Desde 2004, presenciamos uma recuperação do movimento sindical brasileiro dentro dos limites daquele que é seu padrão histórico de atuação, e a grande maioria dos acordos e convenções têm obtido aumento real de salário (Boito; Marcelino, 2010). Além de se beneficiar, tal qual a classe operária, dessa nova situação do emprego e do salário, boa parte da classe média foi beneficiada de outras maneiras. Os funcionários públicos voltaram a ter reajustes e até aumentos reais, após o prolongado período de congelamento da era FHC e os concursos públicos foram reativados. O movimento camponês, que o segundo governo FHC escolhera como inimigo principal no campo popular, teve seu direito à reivindicação reconhecido e beneficiou-se da ampliação de crédito para a agricultura familiar e do programa governamental de compra dos seus produtos. Os trabalhadores da massa marginal, agrupados em diversos movimentos sociais, foram contemplados, por exemplo, no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e com programas de transferência de rendas, como o Bolsa Família, e com o fortalecimento do programa de Auxílio de Prestação Continuada.

Basta um rápido olhar para verificarmos que todos os integrantes da frente neodesenvolvimentista ganham algo. Porém, se bem fizermos as contas, veremos que os ganhos são muito desiguais. A camada camponesa que poderíamos denominar campesinato pobre, isto é, aquela que não possui terra, está sendo marginalizada da frente política por causa da decisão dos governos neodesenvolvimentistas de

congelar as desapropriações de terra; um importante setor da classe média mais escolarizada está insatisfeito com a baixa qualidade dos postos de trabalho que têm sido criados numa política de crescimento econômico puxado pelas commodities; como vimos, os programas de transferência de renda para a população trabalhadora são muito tímidos quando comparados com os “programas de transferência de renda” para os rentistas e para as grandes empresas que usufruem do financiamento farto e subsidiado do BNDES. Mas o fato é que a frente política, contraditória e instável, existe.

É nos momentos críticos do processo político nacional que podemos constatar mais claramente sua existência. Nas eleições presidenciais, principalmente nas de 2006 e de 2010, a Fiesp, o PT, grande parte do sindicalismo, o MST e os movimentos de moradia apoiaram explicitamente ou favoreceram as candidaturas Lula e Dilma contra os candidatos tucanos Geraldo Alckmin e José Serra. Na crise do mensalão, em 2005, tanto a maioria das grandes associações de empresários, como as organizações populares posicionaram-se em defesa do governo Lula ou mantiveram na crise uma neutralidade que lhe era favorável (Boito, 2012a; 2012b). Isso é assim porque nenhuma força integrante da frente possui ou julga possuir forças para intervir sozinha de modo eficiente na política nacional.

A grande burguesia interna é muito heterogênea, está atravessada de contradições. O setor industrial tem conflito com o capital bancário nacional, distanciando-os na questão da taxa de juro; as empresas polarizadas pelo capital chinês, como a mineração e parte do agronegócio, rivalizam com aquelas mais próximas do capital estadunidense ou europeu, como a indústria de transformação, o que repercute no posicionamento desses setores diante da política externa; as grandes empresas rivalizam com as de médio e pequeno porte, disputando financiamento subsidiado do BNDES. Tal heterogeneidade e dependência perante o capital estrangeiro impediu que essa burguesia fosse capaz de criar um instrumento político próprio para a defesa dos seus interesses. A burguesia interna acabou, então, por assediar, com êxito, o PT, instrumento político criado pelos trabalhadores, e esse se converteu no partido do neodesenvolvimentismo. Quanto às classes populares, essas foram derrotadas no seu projeto de implantar um Estado de bem-estar social no Brasil nas eleições presidenciais de 1989 e 1994. Ademais, parte do movimento popular continua dependente do Estado, entretendo com ele uma relação populista que inibe a organização política independente das massas. Esse é particularmente o caso dos trabalhadores da massa marginal, cuja baixa capacidade de organização o texto de Singer enfatiza. Todos, burguesia interna e trabalhadores, temem a volta dos governos neoliberais ortodoxos do PSDB, isto é, do partido do grande capital financeiro internacional e que tem a alta classe média como sua base de apoio (Boito, 2013). É por isso que, nas décadas de 2000 e de 2010, o processo político nacional juntou forças burguesas e populares que, nas décadas de 1970 e de 1980, eram inconciliáveis.

O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer 179

Consideração final

Quero fazer uma observação final e geral que, segundo acredito, ajudará a lançar luz sobre o tema do bonapartismo. André Singer parece conceber a luta de classes como um enfrentamento em condições de igualdade, em uma espécie de terreno neutro, esquecendo-se que as relações de classe são assimétricas. Faz falta em sua análise o conceito de bloco no poder. Esse conceito distingue classes dominantes das classes trabalhadoras e insere a desigualdade existente entre esses dois blocos – e proveniente da vigência das relações de produção capitalistas e do Estado burguês – num contexto que, sem excluir alianças ou frentes, contempla, ao mesmo tempo, a desigualdade de tais relações políticas. Um governo que fizesse dos interesses e disposições de uma classe dominada, o subproletariado nesse caso, o eixo de sua política econômica e social, não estaria moderando o conflito de classes na sociedade brasileira, mas aguçando-o ao extremo e criando, seguramente, uma situação de instabilidade.

No livro que comentei, a burguesia e a classe operária praticamente desaparecem e o principal conflito de classe da política brasileira seria, segundo o autor, o conflito entre o subproletariado, representado pelos governos petistas, e a classe média, representada pelo PSDB:

A polarização que ocorre na sociedade é sintoma de movimento nas estruturas. O subproletariado se firma no suporte a Lula e ao PT, na expectativa de que se cumpra o programa de inclusão, enquanto a classe média se unifica em torno do PSDB, na procura de restaurar o *status quo ante*, mesmo que isso não possa ser dito com todas as letras. (Singer, A., 2012, p.46)

Se a cara do lulismo é a unidade subproletária ao redor do presidente, a coroa é a sua completa rejeição por parte da pequena burguesia, o extrato que por faixa de renda pertence à classe média tradicional [...] (Singer, A., 2012, p.204)

Na análise de Singer, do mesmo modo que teríamos os interesses e disposições de uma classe dominada como referência principal da política de Estado, teríamos, também, uma classe excluída do bloco no poder, a classe média, dirigindo a frente oposicionista. A estrutura de classes da sociedade brasileira encontrar-se-ia de cabeça para baixo. Pergunto: o PSDB representa a classe média ou o grande capital financeiro internacional e a fração da burguesia perfeitamente integrada a esse capital? A alta classe média – e não toda a classe média – é a força dirigente ou simplesmente a base social do PSDB? Se escolhermos a segunda opção nessas duas perguntas, o que nos parece ser o correto, a análise da política brasileira dará à grande burguesia o lugar de destaque que ela ocupa nas relações de poder, tanto nos governos petistas quanto na oposição conservadora a esses governos.

Nada do que dissemos nega que André Singer contribui para a compreensão da história política e eleitoral brasileira do século XXI. Dentre outros pontos, é

muito instrutiva a análise prospectiva que o autor faz da questão da continuidade do lulismo. O autor critica, com argumentos convincentes, a tese segundo a qual o lulismo seria mero reflexo do *boom* das *commodities* no mercado internacional. Alude, nessa discussão, à resposta singular do segundo governo Lula à crise econômica de 2008. Deixei de lado esse e outros aspectos do livro de Singer, pois este texto não é uma resenha da sua obra, mas sim um comentário crítico do quadro geral no qual o autor insere suas descobertas sobre o lulismo.

Referências bibliográficas

- BOITO JR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., A.; GALVÃO, A. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Editora Alameda, 2012a.
- . As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Fórum Econômico da FGV-SP, 2012b. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%20%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 31/08/2013.
- . *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- . Os tucanos e a classe média. *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12593>>. Acesso em: 1/08/2013.
- BOITO JR, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cadernos CRH*, Salvador, v.23, n.59, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31/08/2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família, 24 maio 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 31/08/2013.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. *A difícil rota do desenvolvimento: Empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: coedição UFMG e IUPERJ, 2007.
- . *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: coedição UFMG e IUPERJ, 2004.
- FARIAS, F. *Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Campinas, 2010. Tese (Doutorado) – Unicamp. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000774129&opt=4>>. Acesso em: 31/08/2013.
- FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. Os números da dívida. Blog Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>>. Acesso em: 31/08/2013.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: François Maspero, 1968.
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1974.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, P. *Dominação e desigualdade: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOITO JR., Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.37, 2013, p.171-181.

Palavras-chave: Lulismo; Bonapartismo; Neodesenvolvimentismo; Partido dos Trabalhadores; Brasil.